

ILUSTRÍSSIMO SENHOR NIREMBERG ANTÔNIO RODRIGUES ARAÚJO,
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CATALÃO,
ESTADO DE GOIÁS

Recurso Administrativo em,
Processo Administrativo Licitatório: nº 2023010133
Modalidade: Tomada de Preços 002/2023
Tipo: Empreitada Global
Recorrido/Promovente: Secretaria Municipal de Habitação do Município de Catalão.
Recorrente: ECA Engenharia LTDA.

ECA ENGENHARIA LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 37.895.146/0001-52 representada legalmente pela senhora **Carolina Assis Rodrigues** portadora do RG nº 6075928 SSP-GO e inscrita no CPF sob o nº 022.203.101-83, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus advogados *in fine* assinados (mandato em anexo), com endereço profissional na Rua Frederico Campos, nº 140, Centro, Catalão, Estado de Goiás, nos termos do art. 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002, c/c art. 109, inciso I, alínea “a” da Lei nº 8.666/93 e Item 20 do Edital, **INTERPOR**

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da vossa respeitável decisão que **habilitou** as empresas ***LE Bento LTDA & Eletriwatts Engenharia EIRELI***, bem como de sua **não manifestação** sobre a habilitação da empresa ***Planum Engenharia e Construções LTDA***, no Processo acima em epígrafe.

Nesse sentido, **REQUER** que o presente Recurso seja devidamente **recebido em seu duplo efeito**, e, ato contínuo, **remetido**, devidamente informado nos

termos da Lei à **Instancia Recursal** competente da estrutura do Poder Executivo desta Municipalidade. **Salvo em caso de benfazejo Juízo de Retratação.**

Nesses Termos, pede deferimento.

Catalão, Estado de Goiás, 11 de Maio de 2023.

Luciano Rogério do Espírito Santo Abrão
OAB-GO 12.891

Cesario de Aguiar Silva Oliveira
OAB-GO n° 55.178

Lucas Sambrana dos Santos
OAB-GO n° 57.817

EXCELENTÍSSIMO SENHOR ADIB ELIAS JÚNIOR, CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CATALÃO, ESTADO DE GOIÁS DE CATALÃO, ESTADO DE GOIÁS.

COM CÓPIA PARA AS SEGUINTE AUTORIDADES MUNICIPAIS:

EXCELENTÍSSIMO SENHOR LEOVIL EVANGELISTA FONSECA JUNIOR, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CATALÃO.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR NELSON MARTINS FAYAD, SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CATALÃO, ESTADO DE GOIÁS.

E PARA:

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DÉBORA MAMEDE LINO, PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO DE CATALÃO, ESTADO DE GOIÁS.

Recurso Administrativo em,
Processo Administrativo Licitatório: nº 2023010133
Modalidade: Tomada de Preços 002/2023
Tipo: Empreitada Global
Recorrido/Promovente: Secretaria Municipal de Habitação do Município de Catalão.
Recorrente: ECA Engenharia LTDA.

DAS RAZÕES RECURSAIS

I- BREVE SINOPSE FÁTICA

Antes de tudo, Excelência, é importante ressaltar que, no dia 28 de abril do presente ano, foi realizada, no Paço Municipal, Sessão Pública no processo licitatório objeto desta Pretensão Recursal.

Na referida sessão, foram recolhidos os documentos das empresas presentes, com a posterior suspensão do ato para a análise.

No dia 05/05/2023 (sexta-feira), o Presidente da Comissão de Licitações publicou o Extrato do Julgamento da Documentação de Habilitação, na qual as empresas **LE Bento LTDA & Eletriwatts Engenharia EIRELI** foram, de maneira ilegítima, declaradas **habilitadas**, e, com relação à **não manifestação** do mesmo sobre a habilitação da empresa **Planum Engenharia e Construções LTDA**.

Inconformada com a habilitação indevida das concorrentes, à Recorrente não restaram alternativas, senão a interposição do presente recurso.

II- DO MÉRITO RECURSAL

Por se tratar de recurso interposto contra a habilitação de duas empresas, por questões didático-metodológicas, pedimos vênica para apresentar as razões recursais em tópicos apartados.

2.1- DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA ELETRIWATTS ENGENHARIA EIRELI

Sobre a empresa **ELETRIWATTS ENGENHARIA EIRELI**, o honrado Presidente da Comissão, ao analisar a sua documentação, a declarou habilitada, sob a equivocada premissa de que a mesma, supostamente, teria atendido todas as exigências editalícias.

Excelência, com todo respeito ao entendimento do douto Presidente, entretanto, tal decisão não deve prevalecer. Nesse sentido, vejamos, *ipsis litteris*, o que preconiza o **item 6.2** do Edital:

[...]

6.2. Não poderão participar desta Tomada de Preços as empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

[...]

b) **impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração** (Art. 87, III, da Lei nº 8.666/93); declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (Art. 87, IV da Lei nº 8.666/93); punida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública; e caso participe do processo licitatório estará sujeita às penalidades previstas no art. 97, parágrafo único da Lei 8.666/93.

[...] (Edital, fl. 07, grifos do original).

Por esse caminho, dentre as Declarações exigidas para a habilitação, o **Anexo V** determina a apresentação de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos da Habilitação. Vejamo-lo:

[...]

DECLARA, sob as penas da Lei, que não está impedida de participar de licitações promovidas pela Prefeitura Municipal de Catalão, e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação ou que invalide a sua participação no certame licitatório, Tomada de Preços nº 002/2023, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

[...]

Assim sendo, Excelência, basta uma simples olhadela no texto do edital (e da legislação pertinente) para concluir que, empresas **impedidas/suspensas de participar de processos licitatórios ou de contratar com a Administração Pública não podem participar do presente certame**. Independentemente de qual Ente Federativo partiu a punição, podendo ser a União, Estado-membro, Distrito Federal e/ou Município.

Entretanto, ao cotejar, nos autos do processo licitatório em questão, o acervo documental apresentado pela empresa **ELETRIWATTS ENGENHARIA EIRELI** verifica-se que a mesma Declarou a Inexistência de Fatos Impeditivos de sua Habilitação. Vejamos:



ABRÃO, SILVA & SAMBRANA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

ELETRIWATTS
ENGENHARIA

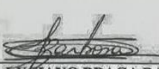
ELETRIWATTS ENGENHARIA EIRELI - ME
CNPJ: 26.742.605/0001-41
AV. JOSÉ SEVERINO Nº 3870, BAIRRO VEREDA DOS BURITIS

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DA
HABILITAÇÃO

Referência: TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023
Processo nº: 2023010133

A empresa ELETRIWATTS ENGENHARIA EIRELI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.742.605/0001/41, por intermédio do seu representante legal, Sr.(a) LUCIANO BRAGA BARBOSA, portador(a) do RG nº 3773022 DGPC GO e do CPF nº 845.619.801-30, DECLARA, sob as penas da Lei, que não está impedida de participar de licitações promovidas pela Prefeitura Municipal de Catalão, e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação ou que invalide a sua participação no certame licitatório, TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Catalão, 28 de Abril de 2023.


LUCIANO BRAGA BARBOSA
ELETRIWATTS ENGENHARIA EIRELI - ME
CNPJ: 26.742.605/0001/41

26.742.605/0001-41
ELETRIWATTS
ENGENHARIA EIRELI
AV. JOSÉ SEVERINO, Nº 3.870
B. VEREDA DOS BURITIS
CEP 75.709-810 CATALÃO

Acontece, Excelência, que tal declaração não condiz com a verdadeira condição material daquilo que fora declarado, pois, **em contramão** dos termos registrados no documento assinado pela Licitante/Recorrida, a mesma, no período compreendido entre **21/11/2022 a 21/11/2024**, está, nos termos da lei, **impedida de licitar e firmar contratos com a Administração Pública**.

Tal penalidade foi aplicada pelo Estado de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação. Vejamos a Certidão Positiva em nome da empresa:



ABRÃO, SILVA & SAMBRANA
ADVOGADOS ASSOCIADOS



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS E LOGÍSTICA
CADASTRO UNIFICADO DE FORNECEDORES

CERTIDÃO - POSITIVA

DE SUSPENSÃO E/OU IMPEDIMENTO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nome: ELETIRIOWATTS ENGENHARIA EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 26742605000141

PENALIDADE:
CONSTA REGISTRO

Tipo de Penalidade	Motivo da Penalidade	Data de início da vigência da penalidade	Data do fim da vigência da penalidade	Órgão que aplicou a penalidade
Suspensão Temporária	Autos do Proc. SEI nº 202100006076801 - Anotação da penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 2 (dois) anos.	21/11/2022	20/11/2024	Secretaria de Estado da Educação

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidão é expedida como documento informativo referente à situação das pessoas físicas e jurídicas interessadas em participar de procedimentos aquisitivos e de celebração de ajustes no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, quando solicitado, em atenção ao disposto nos termos do § 4º art. 5º do Decreto Estadual nº 7.425 de 16 de agosto de 2011.

Nesse contexto, se a empresa **ELETIRIOWATTS ENGENHARIA EIRELI**, está impedida/suspensa de licitar/contratar com a Administração Pública, *a condição declarada por ela para participar do processo licitatório em questão, não condiz com a verdade material daquilo que foi, por si, certificado.*

Nesse contexto, em razão da gravidade dos fatos, além das adoções das providências de praxe adotadas pela Administração Pública em casos análogos, **A INABILITAÇÃO DA RECORRIDA (ELETIRIOWATTS ENGENHARIA EIRELI)** é medida que se impõe, e, desde já, é o que postula a Recorrente.

2.2- DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA LE BENTO LTDA.

Sobre a empresa **LE BENTO LTDA**, podemos impugnar a sua habilitação em dois vértices. Vejamo-los:

2.2.1-DO BALANÇO PATRIMONIAL

Antes de tudo, Excelência, sobre o Balanço patrimonial das licitantes, o item 9.5.4 do edital é cristalino. Vejamos:

[...]

9.5.4. Para Sociedade Empresária, Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social devem ser apresentados:

- a) O Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), extraídas do Livro Diário e registrado na Junta Comercial, que deverão conter indicação do número das páginas;
- b) Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário, contendo no mínimo os dados da Empresa, tais como número do Livro Diário e do NRE, datas e quantidades de páginas, acompanhado da prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (Carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial), sendo que o Registro no cartório será somente para empresas cujo a natureza jurídica é Sociedade Civil;
- c) Assinatura do Contador e do Titular ou representante legal da Entidade no Termo de Abertura e Encerramento, Balanço Patrimonial e a DRE.

[...] (Edital fl.11)

Nesse aspecto, ao sopesarmos a documentação carregada pela empresa **LE BENTO LTDA**, verifica-se que, a mesma, em diversos pontos, não está em consonância com as exigências editalícias em diversos pontos. Vejamo-los:

- 1º- O Balanço apresentado **não foi devidamente registrado na Junta Comercial**. Nesse sentido, basta uma simples olhadela no documento para verificar a ausência de numeração específica no lado superior direito das páginas, característica da Junta;
- 2º- **Não há a folha de autenticidade das assinaturas digitais**, tampouco **o selo de Autenticidade da Junta Comercial**, que é impresso/selado na folha de assinaturas; e,
- 3º- O Termo de Encerramento **não foi juntado**.

Nesse contexto, como a Concorrente/Recorrida não juntou todos os documentos necessários para o certame, a sua desclassificação é medida que se impõe. Assim, **REQUER** a Vossa Excelência que declare a concorrente como inabilitada, nos termos da lei.

2.2.2-DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

Nesse aspecto, as exigências editalícias também são explícitas. Vejamos os termos consignados no item 9.4.2:

[...]

9.4.2. Quanto à capacitação técnico-operacional:

Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obras ou serviços de engenharia, compatíveis com as características do objeto da presente licitação.

[...] (Edital fl.10. Grifos do original)

Conforme visto, o Instrumento Convocatório, de forma clara, exige que **os licitantes apresentem** Atestados de Capacidade Técnico-operacional, provando que as empresas realizarão obras de engenharia semelhantes e compatíveis com a do objeto licitado.


Nesse sentido, a Recorrida carrou aos autos a Certidão de Acervo Técnico (CAT) nº 1020230001181, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás (CREA/GO).

Antes de analisarmos os termos consignados no documento, faz-se imprescindível que, atentemos para o fato de a empresa **LE BENTO LTDA** ter sido **constituída em 01/07/2022** obtendo o **seu registro** junto ao CREA/GO em 15/07/2022.



ABRÃO, SILVA & SAMBRANA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Acontece Excelência, que, da análise da CAT n° 1020230001181, observamos que a obra objeto da CAT foi realizada no período compreendido entre 16/01/2022 e 30/08/2022. Tal informação também é presente no Atestado de Capacidade técnica emitido pelo Município de Ouro Verde de Goiás. Vejamo-los:

Atividade(s) Técnica(s): 1 - ATUACAO EXECUCAO E PROJETO ESTRUTURA CONCRETO ARMADO, 173,45 METROS QUADRADOS; 2 - ATUACAO EXECUCAO E PROJETO EDIFICIO DE ALVENARIA PARA FINS ESPECIAIS, 173,45 METROS QUADRADOS; 3 - ATUACAO EXECUCAO E PROJETO ESTRUTURA METALICA, 173,45 METROS QUADRADOS; 4 - ATUACAO EXECUCAO E PROJETO REDE HIDRO-SANITARIA EM EDIFICACAO, 173,45 METROS QUADRADOS; 5 - ATUACAO EXECUCAO E PROJETO INSTALACAO ELETRICA EM BAIXA TENSAO P/FINS RESIDENC./COMERCIAIS, 39,60 QUILOVOLTS-AMPERE; 6 - ATUACAO EXECUCAO E PROJETO FOSSA SEPTICA, 4,21 METROS CUBICOS; 7 - ATUACAO EXECUCAO E PROJETO SUMIDOURO, 3,80 METROS CUBICOS;
Observações: EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÃO COMERCIAL PARA FINS ESCOLARES COM ÁREA DE 173,45m², SITO EM OURO VERDE DE GOIÁS-GO, ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO, ALVENARIA DE TIJOLO FURADO, COBERTURA EM TELHA METÁLICA, ESTRUTURA METALICA DE COBERTURA, PISO EM CERÂMICA, PINTURA EM TINTA ACRILICA, TEXTURA EXTERNA, REVESTIMENTO CERÂMICO EXTERNO, EXECUÇÃO DE CALHAS E RUFOS.
Informações Complementares: Período de Execução da Obra/Serviço de: 16/01/2022 até 30/08/2022.
RESSALVA: O ATESTADO ESTÁ REGISTRADO APENAS PARA AS ATIVIDADES TÉCNICAS CONSTANTES DA ART, DESENVOLVIDAS DE ACORDO COM AS ATRIBUIÇÕES DO PROFISSIONAL NA ENGENHARIA CIVIL.
CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 23010610 a 23010620, o atestado contendo <11> folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.
<p>Certidão de Acervo Técnico nº 1020230001181 Data: 20/04/2023 Hora: 09:26:00 Código de Controle: LKNAWCU</p> 

DADOS DA OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO: Objeto do contrato: CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO CMEI - PROFESSORA BENEDITA GOMES DOS SANTOS "BEHE" NO MUNICÍPIO DE OURO VERDE DE GOIÁS. Número do Contrato: 027/2021 Endereço da obra ou serviço técnico: Rua das Flores, Qd 35 Lt 01, Centro, Ouro Verde de Goiás, GO. Proprietário da obra/serviço: Município de Ouro Verde de Goiás CNPJ: 01.485.531/0001-84 Período de realização dos serviços: 16/01/2022 até 30/08/2022 Valor do contrato: R\$ 219.064,35
CONTRATADA: Nome/razão social: CONSTRUTORA INTEGRA ENGENHARIA LTDA CNPJ: 34.719.868/0001-68 Endereço: Av. Madre Maria dos Anjos, Qd N, Lt 28, casa 3, Jundiá em Anápolis, GO Responsável técnico: NAYARA KELLY SILVA RAMOS CREA: 1015629059/D-GO ART: 1020220084634
SUBEMPREGADA: Nome/razão social: L E BENTO LTDA CNPJ: 46.994.028/0001-92 Endereço: Rua Joaquim Gomes Pereira, nº 203, centro, Campo Limpo de Goiás Responsável técnico: ISABELA BENTO PEREIRA CREA: 1016581734/D-GO ART: 1020230064917
<p>MUNICÍPIO DE OURO VERDE DE GOIÁS RUA CARLOS DE PINA Nº 72 - CENTRO CEP: 75.165-000</p> <p>Eng. Civil CREA - 95380-1 GO</p>

Posto isso questiona-se: ***Como a empresa realizou uma obra pública efetivamente executada entre 16/01/2022 e 30/08/2022, se a mesma só foi constituída e registrada no CREA em meados de julho/2022?***

Excelência, convenhamos, a informação é, no mínimo suspeita.

A empresa, de Direito, não existia, então a mesma não estaria apta para executar uma obra para um Ente Federativo. Lembrando que todos os contratos para com a Administração Pública devem ser pautados na Formalidade e na Legalidade.

Outra informação curiosa se trata de que, no Atestado de Capacidade Técnica, consta que a obra foi realizada pela modalidade de subempreitada, ou seja, o Município contratou uma empresa X (no caso a Construtora Integra Engenharia LTDA) e, essa, por sua vez, terceirizou o serviço para a empresa Recorrida.

Tal terceirização também nos causa espécie, uma vez que, tanto **edital de licitação da obra que deu origem a CAT**, quanto **o contrato**, expressamente vedarem tal prática. Vejamos:

No edital:

18.1. A CONTRATADA, na execução do contrato, não poderá subcontratar no todo ou parte o objeto licitado, mesmo que considerada atividade meio e divisível, observadas as regras dispostas neste edital.

No Contrato:

15.3.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou

parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato.

P.S. Ambos os documentos, edital e contrato, seguem em arquivos anexos.

Assim sendo, Excelência, ao sopesarmos o contrato, o edital e a CAT, novamente indagamos: ***Como o Fiscal do Município atestou a subempreitada da obra para a Concorrente, sendo que a mesma era expressamente vedada?***

Excelência, em razão da condição de fé-pública do Atestado elaborado pelo Município de Ouro Verde de Goiás, não podemos afirmar que o Atestado que embasou a CAT é falso, porém, haja vista a multiplicidade de incongruências, podemos afirmar que o mesmo tem a sua legitimidade/veracidade, no mínimo, questionável.

Nesse sentido, ante as ululantes inconsistências, ***REQUER*** que Vossa Excelência expeça questionamento ao Município de Ouro Verde de Goiás a respeito da veracidade do Atestado que embasou a emissão da CAT nº 1020230001181, nos termos da Lei e da Constituição Federal.

Nesse contexto, ao desconsiderarmos a CAT nº 1020230001181, o acervo juntado pela empresa Recorrida é insuficiente para a comprovação de sua habilitação técnico-operacional. Restando assim, como ato de justiça, a sua ***inabilitação***.

2.3- DA OMISSÃO SOBRE O JULGAMENTO DA EMPRESA PLANUM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

No tópico 05 da Ata de Julgamento, está registrado o fato de o senhor Presidente, ao analisar os documentos apresentados pela empresa **PLANUM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, fundamenta o seu posicionamento, porém não verbera se a empresa está habilitada (ou não) para a próxima fase.

Por esse caminho, o texto consignado na Ata, demonstra que o Presidente está visivelmente inclinado a decretar a inabilitação da Empresa, porém, sem o dispositivo (no sentido jurídico do termo), não há como sabermos o seu posicionamento.

Nesse contexto, ante a omissão, **REQUER** a Vossa Excelência que declare o resultado do julgamento de habilitação da empresa **PLANUM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, nos termos da Lei.

III- DOS PEDIDOS

Nesse sentido, em face das Inconstitucionalidades e Ilegalidades apontadas, **REQUER**:

- i- Que Vossa Excelência **INABILITE** a empresa **Eletriwatts Engenharia EIRELI**, em razão de a mesma ter sido penalizada com impedimento/suspensão de licitar/contratar com a Administração Pública;
- ii- Que Vossa Excelência **INABILITE** a empresa **LE Bento LTDA**, em razão da ausência de documentos e, da dúvida em relação aos documentos técnicos apresentados;

- iii- Que Vossa Excelência SANE a omissão quanto ao julgamento da habilitação da empresa **Planum Engenharia e Construções LTDA**;
- iv- Que, após a análise dos argumentos fático-jurídicos aqui alinhavados, bem como da análise dos registros consignados nos atos do processo licitatório em questão, Vossa Excelência adote as providências cabíveis de acordo com as leis que regulamentam as matérias aqui tratadas.

Nestes termos, pede deferimento.

Catalão, Estado de Goiás, 11 de maio de 2023.

Luciano Rogério do Espírito Santo Abrão
OAB-GO n° 12.891

Cesario de Aguiar Silva Oliveira
OAB-GO n° 55.178

Lucas Sambrana dos Santos
OAB-GO n° 57.817